

EDITAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE

N. 1658

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) notifica os(as) contribuintes listados(as) a seguir quanto à abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

O QUE ISSO QUER DIZER?

A PGFN identificou que os(as) contribuintes listados(as) foram administradores(as) de pessoas jurídicas que possuem débitos com a União inscritos em Dívida Ativa. Também foi verificado que, em virtude da ausência de indicativos econômico-financeiros, essas pessoas jurídicas foram extintas irregularmente, isto é, encerraram suas atividades sem seguir as regras legais de extinção de pessoa jurídica.

Quando uma pessoa jurídica é extinta de forma irregular, o(a) administrador(a) à época da extinção irregular poderá ser responsabilizado(a) pelos débitos da pessoa jurídica inscritos em Dívida Ativa.

Ao final deste edital, é possível ver a tabela com a lista de contribuintes, de pessoas jurídicas devedoras e respectivo número do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

Os(As) contribuintes listados(as) na tabela poderão ser considerados(as) devedores(as) dos débitos, ao final do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

COMO NÃO SER RESPONSABILIZADO(A) PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA?

Somente o **pagamento** evita a responsabilização pelos débitos da pessoa jurídica.

A **negociação** dos débitos (parcelamento, transação) também é possível. Para negociar, o(a) contribuinte deve assumir a responsabilidade pelos débitos, assinando o Termo de Confissão, o que resultará na sua inscrição em Dívida Ativa da União. Enquanto durar a negociação, o(a) contribuinte não poderá ser protestado(a), seu nome não poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União não poderá cobrar a dívida na Justiça.

Se o(a) contribuinte não concorda com a responsabilização, pode apresentar uma **impugnação**, na qual deve ser comprovado que:

1. a pessoa jurídica está em funcionamento; ou
2. o(a) contribuinte não era administrador(a) da pessoa jurídica na data da extinção irregular; ou
3. a extinção seguiu as regras legais para o encerramento da pessoa jurídica.

Ao impugnar, devem ser anexados todos os documentos que comprovem a defesa.

Se a impugnação não for aceita, o(a) contribuinte será considerado(a) devedor(a) dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Nesse caso, o(a) contribuinte pode apresentar recurso contra essa decisão. O(A) contribuinte somente deixa de ser devedor(a) se o recurso for aceito.

Sendo considerado(a) devedor(a) dos débitos, o(a) contribuinte poderá ser protestado(a), seu nome poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União poderá cobrar a dívida na Justiça.

ONDE FAZER ESSES PROCEDIMENTOS?

O pagamento, a negociação, a impugnação e o recurso devem ser feitos no portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Portal Regularize: regularize.pgfn.gov.br.

Os(As) contribuintes devem fazer o cadastro no Portal Regularize, para acessar os procedimentos. **O cadastro deve ser feito no nome e CPF dos(as) contribuintes listados(as) neste Edital.**

A impugnação e o recurso devem ser feitos na opção "**Impugnar/Recorrer - Procedimento Administrativo**" > "**Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade**".

COMO ACOMPANHAR O PROCESSO E SE COMUNICAR COM A PGFN?

A partir do cadastro no Portal Regularize, todas as comunicações, acesso à decisão da impugnação e do recurso serão feitas por meio da caixa de mensagens do Regularize.

Para acessar a caixa de mensagens, basta clicar no símbolo de "carta" da cor verde que fica no canto superior direito da tela do Portal Regularize.

O(A) Procurador(a) da Fazenda Nacional poderá pedir informações complementares, por meio da caixa de mensagens, devendo o(a) contribuinte ficar atento(a).

QUAL O PRAZO PARA ADOTAR ALGUM DESSES PROCEDIMENTOS?

A impugnação deve ser feita no prazo de 30 dias corridos contados da publicação deste Edital no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Editais" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

O recurso deve ser feito no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de impugnação. A notificação é feita por meio da caixa de mensagens no Portal Regularize.

Orientações detalhadas sobre o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade podem ser encontradas no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Orientações de serviços aos contribuintes" > "Carta de Serviços" > "Impugnar / Recorrer procedimento de reconhecimento de responsabilidade"**.

Este Edital está embasado na seguinte fundamentação legal: Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 135, inciso III; Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 4º, § 2º; Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, art. 20-D, inciso III; e Portaria PGFN n. 948, de 15 de setembro de 2017.

Se os débitos estiverem extintos, pode desconsiderar este Edital e não precisa fazer contato ou adotar nenhum outro procedimento.

Vamos regularizar a sua dívida? A PGFN está disponível para encontrar uma solução.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
GONCALO ALVES FERREIRA	***.238.***-**	DOCE MANIA LTDA.	04.620.354/0001-90	706392940
EDORVAL MENDES ALENCAR JUNIOR	***.257.***-**	MENDES JUNIOR & ALENCAR LTDA	04.863.501/0001-52	706393482
DOUGLAS MACHADO DA SILVA	***.331.***-**	DMS INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA.	05.487.431/0001-48	706557590
RALF ANTONIO BERTOLUCCI NETO	***.464.***-**	RALF ANTONIO BERTOLUCCI NETO LTDA	24.304.083/0001-70	706576750
RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DE MIRANDA	***.231.***-**	NOJASA COMERCIO TRANSPORTE E REPRESENTACOES LTDA	00.992.649/0001-36	706392480
RAIMUNDO ANDRADE	***.611.***-**	USINAGEM E FERRAMENTARIA ANDRADE LTDA	10.144.492/0001-42	706599663
PAULO JOSE DE MOURA BATALHA	***.959.***-**	CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA NOVOS CAMINHOS LTDA	04.161.350/0001-90	706424029
MARCELA PEREIRA GALVANIN	***.078.***-**	MGP9 LTDA	19.581.447/0001-20	706490162
EDIVALDO ANTONIO NESPOLO	***.617.***-**	BARBOSA & NESPOLO CARREGAMENTO LTDA	29.561.684/0001-82	706397712
JOAQUIM PEREIRA DE ANDRADE	***.250.***-**	ALFANDRADE ASSESSORIA EM TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	05.642.062/0001-10	706414370
DANILO DE FREIRE PEREIRA	***.653.***-**	SOCIEDADE ITARAREENSE DE ENSINO LTDA	45.463.841/0001-73	706530884
ALAOR DE OLIVEIRA BRITO JUNIOR	***.438.***-**	MINERADORA BRITO JUNIOR LTDA	13.302.068/0001-77	706425623
MARCELO CARNEIRO FILHO	***.887.***-**	CARNEIRO & CIA LTDA	23.640.238/0001-87	691204151
LUIS OTAVIO SANTOS	***.328.***-**	LOCAMAR LOCACOES LTDA	11.043.190/0001-40	706396103
JOSE ELIAS SARMENTO FILHO	***.424.***-**	LEBOM INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA	05.360.434/0001-16	706383640
JURANDIR ALVES PEREIRA	***.180.***-**	MJA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	15.260.779/0001-51	706390732
JOSE ROBERTO SCHMALTZ	***.487.***-**	IATU ENGENHARIA CONTRUCOES E SERVICOS LTDA	36.934.255/0001-79	706389044